

TIPOS DE LINHAS DE CRÉDITO RURAL DISPONÍVEIS AOS PEQUENOS AGRICULTORES DA CIDADE DE JABOTICABAL/SP

André Luís Assumpção, andreluisassumpcao@gmail.com¹

¹Faculdade de Educação São Luis, Rua Floriano Peixoto, 839-873 - Centro - Jaboticabal - SP - 14870-370

(16) 3209-1800.

Resumo: O presente artigo teve como objetivo discutir no campo do agronegócio brasileiro a dificuldade encontrada por pequenos agricultores na aquisição de créditos em instituições financeiras da cidade de Jaboticabal. Espera-se contribuir para a divulgação de alternativas de créditos concedidas por algumas instituições financeiras, tanto privadas como públicas, visando o auxílio e o sucesso no agronegócio em que estes pequenos agricultores estão inseridos, pois sabe-se que o agronegócio é uma das áreas que mais crescem no mercado brasileiro, responsável por girar nossa economia. Nesse sentido, apresentaram-se algumas informações e levantamento bibliográfico sobre o processo de gestão do agronegócio brasileiro, o Setor Bancário Brasileiro e as suas Instituições Financeiras, finalizando com uma abordagem sobre o Crédito Rural Brasileiro.

Palavras-chave: [Agronegócio, Sistema Financeiro Nacional, Crédito Rural].

TYPES OF RURAL CREDIT LINES AVAILABLE TO SMALL FARMERS OF CITY JABOTICABAL/SP

Abstract. This article aims to discuss the Brazilian agribusiness field the difficulty encountered by small farmers in acquiring loans from financial institutions in the city of Jaboticabal. Expected to contribute to the disclosure of credit alternatives provided by some financial institutions, both private and public, seeking help and success in agribusiness in these small farmers are inserted, since it is known that agribusiness is one of the areas fastest growing in Brazil, responsible for turning our economy. In this sense, showed up some information and literature on Brazilian agribusiness management process, the Brazilian Banking Sector and its financial institutions, concluding with a discussion of the Brazilian Rural Credit.

Keywords: [Agribusiness, National Financial System, Rural Credit].

1. INTRODUÇÃO

O mundo está em constante mudança e nosso país muito mais; devido a estas oscilações econômicas, políticas e sociais, as empresas rurais, em geral, estão sendo afetadas diretamente quanto à sua sobrevivência. No tocante a cultura de nossa região voltada para a produção agrícola de cana de açúcar as Usina de Açúcar e Álcool detém maior parte das terras, ou seja, uma fatia grande de terras próprias e arrendamento de áreas para o cultivo da monocultura da cana de açúcar. Com isso desfavorece completamente o micro e pequeno produtor rural que vê em suas pequenas áreas uma fonte de subsistência e sustento, segundo Gasques (2001).

De acordo com Fortuna (2002) o mercado financeiro brasileiro tem sofrido reduções na quantidade e qualidade de instituições financeiras do Setor Bancário Brasileiro e onde podemos identificar algumas mudanças, ou seja, a alta administração preocupada em solucionar possíveis problemas buscou definir estratégias como a aquisição e fusão com

novas empresas ou bancos interessados em aumentar as lucratividades e melhores colocações no ranking dos bancos, esquecendo-se de atender as necessidades e expectativas dos clientes em primeiro plano. Estas mudanças no posicionamento estratégico das instituições financeiras fazem com que seus diretores e dirigentes tomem mais decisões voltadas diretamente para uma mudança empresarial mais competitiva, criando maiores valores para o setor bancário.

A elaboração deste artigo teve por objetivo principal demonstrar posições teóricas sobre o agronegócio brasileiro e o crédito rural, bem como classificar e mostrar as principais linhas de crédito rural. Dada a relevância do crédito rural no atual contexto econômico, não pode ser tratado de forma distante e insensível, como se fosse um crédito comum, pois nossa economia é totalmente integrada de produtos e serviços oriundos do agronegócio, conforme Gasques (2001).

Segundo Fortuna (2002), princípios que regem o crédito rural nem sempre se adequam às estruturas jurídico-formais do crédito em geral. O crédito rural não deve ser interpretado como meio de fomentar e fortalecer as instituições financeiras em detrimento da produção, da agricultura e da pecuária nacional. O financiamento da atividade rural deve evidenciar a possibilidade de pagamento com a própria produção rural, valorizando e gerando riquezas no campo do agronegócio.

Este artigo aborda os tipos de crédito rural, classificando os mesmos e destacando suas peculiaridades, que os tornam distintos das espécies correlatas às linhas de crédito comuns, fazendo uma breve análise das dificuldades encontradas por produtores rurais quanto à liberação de linhas de crédito rural, para atender suas necessidades nas propriedades rurais.

2. Revisão Bibliográfica

Para analisar a dificuldade de obtenção de crédito para os pequenos agricultores, o primeiro passo a ser seguido foi discorrer sobre a conceitualização e o parecer de alguns autores sobre os temas inerentes.

2.1. Gestão do Agronegócio

Segundo VILLA VERDE (2001) o ambiente dos negócios, na atualidade, exige velocidade, agilidade e alto nível de serviços aos clientes. Nesse contexto imprevisível e turbulento, em que a demanda é variável e os custos financeiros e das matérias-primas são altos, as previsões mostram-se pouco confiáveis. Acabou o mito do produtor independente que produz qualquer mercadoria, sem saber para qual mercado.

O novo produtor está inserido em cadeias de abastecimento e de negócios, que envolvem desde os fornecedores até os consumidores, passando pela produção, compra, gestão de materiais, marketing, vendas e distribuição física.

Segundo Fortuna (2002) “empresa rural” é uma unidade de organização econômica social. No setor rural, que tem características, em geral, diferenciadas das empresas de outros setores da nossa economia, conforme ilustração adaptada.

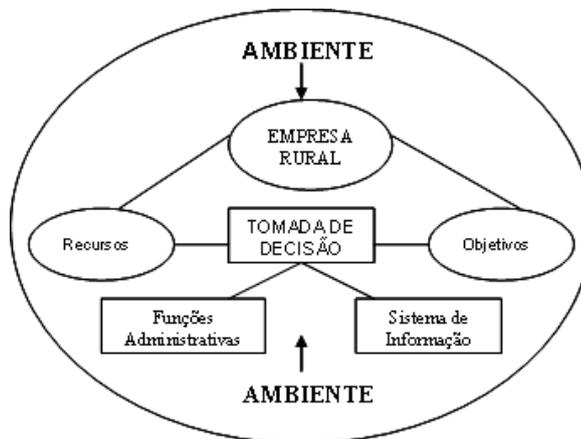


Figura 1: Ambiente Rural, Fortuna (2002)

Fortuna (2002) complementa que o ambiente é o universo que envolve externamente a empresa. As variáveis que compõem o ambiente da empresa rural são: variáveis tecnológicas, variáveis econômicas, variáveis políticas, variáveis sociais, variáveis legais, variáveis demográficas e variáveis ecológicas. Do ambiente geral é constituído o ambiente operacional da empresa (necessárias ao seu funcionamento). O ambiente operacional é constituído por quatro setores principais, são eles:

Consumidores – pessoas físicas ou jurídicas, que formam o mercado agrícola e possuem, normalmente, melhores informações sobre os preços do que o produtor.

Fornecedores - são todas as instituições que fornecem recursos para a empresa rural como: crédito, mão-de-obra, insumos, assistência técnica, consultoria, serviços em geral, etc.

Concorrentes - formado pelos outros empresários rurais que concorrem tanto na venda de produtos como na obtenção de insumos e serviços.

Regulamentadores - formado por órgãos do governo, associações e sindicatos que de alguma forma impõem controles, limitações ou restrições às atividades da empresa rural. Exemplo: normas para produção de leite B, a legislação de crédito rural, legislação trabalhista brasileira, etc.

No processo de tomada de decisão, problemas são vários e requerem dos administradores rurais mais habilidades (transformação do conhecimento em ações). Caso os problemas sejam complexos exigem que sejam resolvidos por parte. No processo de tomada de decisão, avançam-se passo a passo, na identificação do problema, na busca e avaliação de novas alternativas e/ou oportunidades, ações e controles finais para uma melhor administração das propriedades e empresas rurais conforme Fortuna (2002).

Estes agentes são permeados por três fluxos: de informações, de insumos e mercadorias (real) e de financeiro (nominal), segundo VILLA VERDE (2001).

Por se tratar de um conjunto de atividades extremamente complexas e diversificadas, o agronegócio brasileiro, vem englobando extensas cadeias produtivas crescentemente globalizadas, relações comerciais internacionais e mercados financeiros mundiais, bem como as implicações de sua óbvia interação com o meio-ambiente, esta relacionado com uma enorme quantidade de atores.

Segundo Fortuna (2002), dos governos que definem as diretrizes de política econômica à indústria e aos centros de pesquisa que desenvolvem novas tecnologias de produção, dos movimentos sociais às corporações mundiais do setor, dos trabalhadores que emprega ao consumidor final que compra seus produtos, dos governos de outros países que lhe interpõem barreiras às organizações multilaterais onde tais barreiras são questionadas, o agronegócio interage com uma infinidade de *stakeholders* (grupos de interesse), e de tão múltiplas interações depende, em grande medida, a sua própria viabilidade econômica.

O agronegócio interagindo com o Estado, em sentido amplo, englobando os três poderes constituídos e as esferas federal, estadual e municipal, é bastante vasta e complexa. O produtor rural depende de uma série de políticas para desenvolver sua atividade. O segmento necessita de financiamento para a produção e por esta razão depende de uma política monetária pautada por taxas de juros moderadas, bem como pela concessão de linhas de crédito diferenciadas por parte dos bancos oficiais. Ao mesmo tempo, como é cada vez mais vinculado à exportação, sofre com todas as flutuações da taxa de câmbio e é particularmente prejudicado em períodos de apreciação da moeda nacional. Outro elemento fundamental para o bom desenvolvimento das atividades agropecuárias é o seguro rural, que baliza a política agrícola em termos mais gerais e garante uma renda mínima ao produtor. Do seguro depende ainda a necessária continuidade do investimento em tecnologia, a geração de empregos no campo e a incorporação do segmento ao mercado de capitais, de acordo com VILLA VERDE (2001).

Segundo Batalha (2005) as relações do agronegócio com o governo passam ainda pela capacidade de atração que as políticas para o setor podem ter em relação aos fundos de investimento globais. Estima-se que existam hoje cerca de US\$ 165 bilhões disponíveis, a nível mundial, para o financiamento de atividades agropecuárias.

Além disso, é fundamental para o segmento a manutenção de investimentos públicos em órgãos voltados ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia destinadas ao incremento da produtividade agropecuária.

Dependem ainda do governo leis de interesse central para o agronegócio, como as relativas ao meio-ambiente, ao direito de propriedade e ao regime de trabalho. Os investimentos públicos em logística e infraestrutura, destinados a dar melhores condições de armazenagem, transporte e distribuição de produtos agropecuários é outro item de grande importância para a viabilidade da atividade agropecuária, define Batalha (2005).

Santiago (1999) diz que a importância do agronegócio reside também em sua capacidade de impulsionar outros setores. Quando a produção agrícola movimentada os setores que estão antes da fazenda, como máquinas, adubos, defensivos, chamamos a isto de efeitos para trás; quando a agricultura impulsiona os setores produtivos que se situam depois da porteira da fazenda, como a agroindústria, o transporte e a comercialização das safras, estes são efeitos para a frente.

Segundo Santiago (1999) a agricultura e a agroindústria tem fortes impactos para trás e principalmente para frente. A tabela 1 indica que para cada mil unidades de produção de seu setor, são exigidas vezes unidades de produção dos demais setores produtivos. Cada R\$ 1.000,00 (hum mil reais) produzidos pela agropecuária resultam R\$ 5.636,00 (cinco mil, seiscentos e trinta e seis reais) que são gerados em atividades que estão depois da fazenda (agroindústria, transporte, comercialização) e de mais R\$ 623,00 (seiscentos e vinte e três reais) sobre atividades antes da fazenda (máquinas, fertilizantes). Os setores agroindustriais apresentam mais impacto sobre atividade para trás, como a própria agricultura. Para efeitos comparativos, depois da agropecuária, o setor que tem mais impacto para frente é o refino de petróleo com R\$ 3.719.

Santiago (1999) questiona, quais são as perspectivas do agronegócio brasileiro para o futuro? As perspectivas são promissoras. O Brasil detém terras abundantes, planas e baratas, como são os cerrados com uma reserva de 80 milhões de hectares, dispõe de produtores rurais experientes e capazes de transformar essas potencialidades em produtos comercializáveis e detém um estoque de conhecimentos e tecnologias agropecuárias, transformadoras de recursos em produtos. Porém, restam alguns condicionantes para que a potencialidade do agronegócio se concretize. Primeiro, depende de uma política macroeconômica saudável. Taxas de juros elevadas, inflação alta ou moeda sobrevalorizada, como aconteceu no período 1994-98, prejudicam tremendamente o agronegócio. A sobrevalorização cambial transferiu

uma fábula de recursos dos setores exportadores (agricultura e agroindústria) para os importadores (inclusive os turistas), podendo ser apontada como a grande causa do não crescimento das safras de grãos, nos últimos anos. O dólar relativamente fraco em relação ao real favoreceu a importação de algodão e trigo e deprimiu sua produção interna. Finalmente, em janeiro deste ano houve uma correção cambial, o que permite prever novo impulso no setor.

Pereira (1992) afirma que outro grande entrave para o pleno desenvolvimento do agronegócio é a falta de infraestrutura adequada. Transporte terrestre por longas distâncias em estradas mal conservadas elevam os custos e deprimem os preços dos produtos, no nível de produtor. Os projetos em curso do Programa Brasil em Ação, como os Corredores Multimodais, pretendem corrigir estas distorções, principalmente no Centro-Oeste, onde o problema é mais grave. Em terceiro lugar, o processo de desenvolvimento do agronegócio só se realiza dentro de um arcabouço legal apropriado. Os contratos entre os diferentes agentes econômicos têm que ser respeitados, a começar com o direito da propriedade privada.

Outro obstáculo sério ao desenvolvimento pleno do agronegócio está relacionado ao sistema tributário, complementa Pereira (1992), e, com uma economia aberta ao exterior, isto é, com possibilidade de exportar e importar qualquer produto do agronegócio, a carga tributária deve ser compatível com a dos nossos competidores. Como nossos concorrentes, inclusive no MERCOSUL, tem impostos baixos, fica difícil ao produtor brasileiro competir nos mercados externos; vezes há que perde o próprio mercado interno porque os produtos importados chegam mais baratos. Não há como o produtor rural e a agroindústria serem competitivos com governos vorazes em criar novos impostos, aumentar os atuais e com mecanismos complexos de arrecadação, o que aumenta os custos de produção. Reforma tributária é urgente, com diminuição da carga e simplificação dos procedimentos na tributação.

Pereira (1992) conclui e ressalta quatro pontos básicos sobre o agronegócio:

- a) está nas raízes do nosso processo de desenvolvimento;
- b) contribui decisivamente para a renda, emprego, exportações, desenvolvimento do interior e equidade regional;
- c) tem grande potencialidade para sua expansão, por dispormos de terra, mão-de-obra e tecnologia;
- d) para que esta potencialidade se concretize, são necessárias políticas macroeconômicas saudáveis, melhoria da infraestrutura física (estradas, portos, ferrovias, etc.) e reforma tributária, com diminuição da carga tributária sobre a produção e simplificação dos procedimentos.

Na Figura 2 podemos verificar como o agronegócio brasileiro contribui para o crescimento e o desenvolvimento do nosso país.

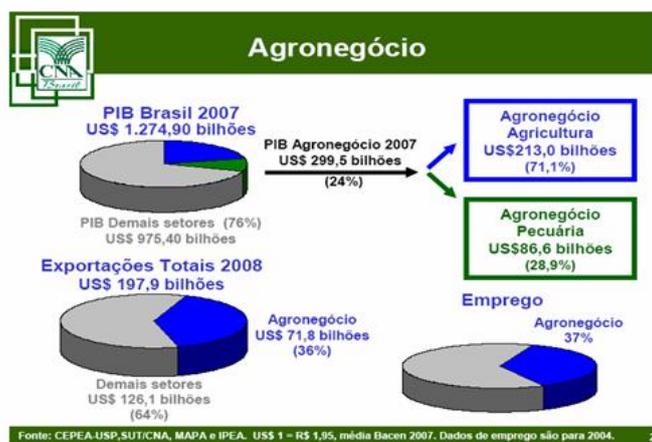


Figura 2: Agronegócio Brasileiro. Fonte: CNA (2008)

De acordo com o relatório de Pinto (2008), houve um crescimento expressivo numa realidade de câmbio favorável (até 2004) e de preços internacionais satisfatórios para as principais commodities (pós 2004), conforme o ciclo de recente de expansão entre os anos 2000 a 2008, conforme Figura 3.

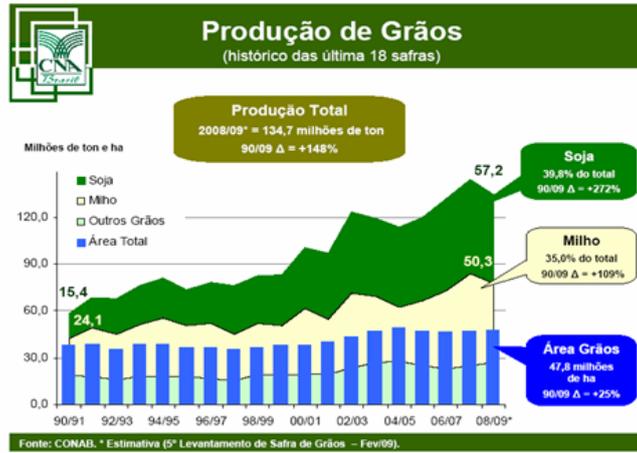


Figura 3: Produção de Grãos brasileira. Fonte: Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) (2008)

2.2. O Setor Bancário Brasileiro e as suas Instituições Financeiras

O setor bancário no país é extremamente importante para o desenvolvimento e crescimento da economia e da sociedade civil e empresarial. É por intermédio do setor bancário, mais precisamente das instituições financeiras que o compõem, que muitas pessoas e empresas buscam recursos para realizarem seus objetivos e metas.

Antes de caracterizar o setor bancário e suas instituições financeiras, apresenta-se um breve relato histórico de como é o sistema financeiro nacional.

O sistema financeiro nacional como um conjunto de instituições que trabalham em um mesmo objetivo, que é o de gerar condições capazes de atender as expectativas dos poupadores, investidores e tomadores de dinheiro, Fortuna (2002).

A Figura 4 ilustra o Organograma do Sistema Financeiro Nacional, de forma a ajudar no entendimento de como funciona e é constituído o nosso sistema financeiro.

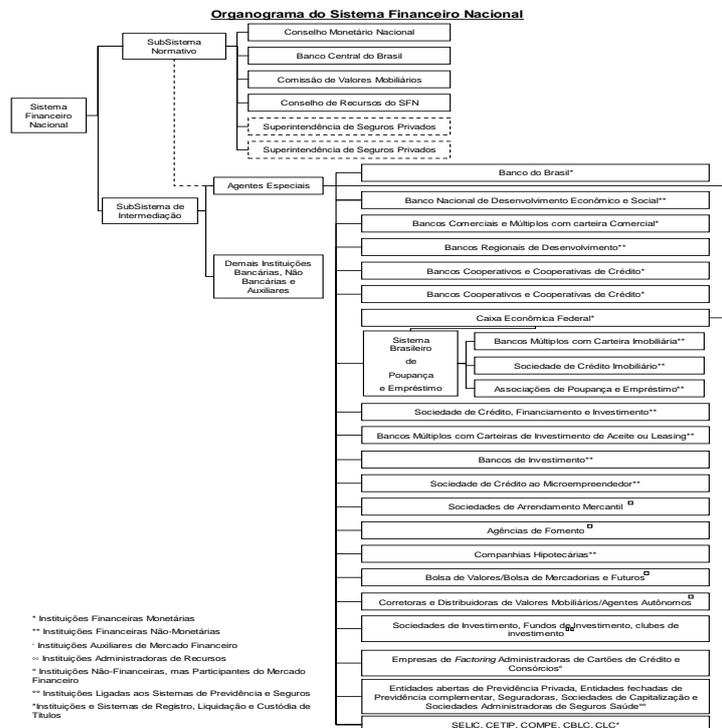


Figura 4. Organograma do Sistema Financeiro Nacional (adaptado de Fortuna, 2002).

Segundo Fortuna (2002), a Lei de Reforma Bancária (4595/64) no Art. 17, caracteriza o que são instituições financeiras de forma mais exata: “Consideram-se instituições financeiras, para os efeitos da legislação em vigor, as

pessoas jurídicas públicas e privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, a intermediação ou a aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros”.

Segundo Mendes (1999), o setor bancário foi projetado com esta Lei de Reforma Bancária de 1964, onde houve regulamentações e segmentações com a atuação de agentes financeiros. Ainda relata que as altas taxas de inflações que assolaram o país na primeira metade dos anos 90 contribuíram significativamente para o crescimento e a modernização do sistema bancário no que se diz a “automação de processos”.

A seguir veremos como essas mudanças trouxeram mais opções e recursos para o ambiente bancário nacional. As instituições financeiras no ambiente bancário nacional estão divididas segundo Fortuna (2002) da seguinte forma:

1 - Instituições Financeiras Monetárias: multiplicadora de moeda devido possuir depósitos à vista. Ex: Bancos Comerciais – BC; Caixas Econômicas – CE; Bancos Cooperativos – BCo; Cooperativas de Crédito – CC;

2 - Instituições Financeiras não-Monetárias: responsável pela captação de recursos para intermediação financeira de moeda (“emissão de títulos para empréstimo”). Ex: Bancos de Desenvolvimento – BD (BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNB – Banco do Nordeste, BASA – Banco da Amazônia); Bancos de Investimento – BI; Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento – Financeiras; Sociedades de Crédito ao Microempreendedor – SCM; Companhias Hipotecárias – CH; Sociedades de Crédito Imobiliário – SCI; Associações de Poupança e Empréstimo – APE;

3 – Instituições Auxiliares do Mercado Financeiro: são as seguintes Sociedades Corretoras de Títulos e Valores Mobiliários – CCVM; Sociedades Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários – DTVM; Agências de Fomento ou Desenvolvimento – AF; Investidores Institucionais – II; Fundos Mútuos de Investimento; Entidades Abertas e Fechadas de Previdência Complementar; Seguradoras.

4 – Bancos Múltiplos: surgiram após Resolução nº 1524/88, que o Banco Central emitiu por uma ordem do Conselho Monetário Nacional, com o intuito de tornar mais racional os métodos administrativos das instituições financeiras.

O mercado bancário brasileiro, segundo Fortuna (2002), o descreve como uma estrutura de classificação informal dos bancos, que é por meio de segmentação de mercado, ou seja, os bancos de negócios são responsáveis pelas grandes intermediações financeiras; bancos de atacado são responsáveis pela retenção de poucos clientes, porém com grande potencial financeiro; bancos de varejo são os famosos “bancos comunitários” com grande número de clientes.

Quanto ao atendimento específico Fortuna (2002) classifica os bancos em três exemplos: Corporate Bank atendimento a empresas de grande porte; Private Bank é o responsável pelo atendimento de clientes de pessoa física que possuam grandes rendas ou patrimônios e investimentos de alto valor; Personal Bank realiza atendimentos a clientes de pessoa física e jurídica que possuam rendas altas.

Diz Mendes (1999) que a grande competição no setor bancário é fundamental para a criação de diferenciais competitivos, capazes de alcançar resultados significativos quanto a ativos bancários.

No ambiente financeiro atual grande parte das instituições financeiras estão se moldando para a qualidade no setor de serviços e relacionamentos, mas em algumas instituições financeiras o ponto de partida é analisar piamente as estratégias da empresa e partindo delas traçar um plano de trabalho, ou seja, elaborando um conjunto de objetivos e metas repassados para cada um dos colaboradores da instituição.

2.3. Crédito Rural

Segundo Fortuna (2002) o crédito rural é o suprimento de recursos financeiros para aplicação exclusiva nas atividades agropecuárias, desenvolvidas por produtores rurais, qual seja:

- estimular os investimentos rurais, inclusive armazenamento, beneficiamento e industrialização de produtos agropecuários, quando efetuado pelo produtor na sua propriedade rural, por suas cooperativas ou por pessoas física ou jurídica equiparada aos produtores;
- favorecer o oportuno e adequado custeio da produção e a comercialização de produtos agropecuários;
- fortalecer o setor rural, notadamente no que se refere a pequenos e médios produtores;
- incentivar a introdução de métodos racionais no sistema de produção, visando ao aumento da produtividade, à melhoria do padrão de vida das populações rurais e à adequada defesa do solo.

O crédito rural pode ter as seguintes finalidades:

- 1) crédito de custeio agrícola e pecuário - destina-se a cobrir despesas normais dos ciclos produtivos, prazo 24 meses para custeio agrícola e 12 meses para custeio pecuário;
- 2) crédito de investimento - destina-se a aplicação em bens ou serviços cujo desfrute se estende por vários períodos de produção, de 6 a 12 anos, recursos para investimento fixo (armazéns, açudes, ordenhas, currais, etc.);
- 3) crédito de comercialização – quando se destina a cobrir despesas próprias da fase posterior a colheita ou a converter em espécie os títulos oriundos de sua venda ou entrega pelos produtores ou suas cooperativas, ou seja, são os recursos para o beneficiamento e a industrialização dos produtos agropecuários que sejam comercializados e até 180 dias.

Os bancos comerciais e múltiplos com carteira comercial operam neste segmento rural, através de recursos próprios, provenientes de 25% dos volumes médios dos depósitos à vista e outros recursos de terceiros, segundo Fortuna (2002).

As taxas geralmente praticadas no crédito rural com estes recursos são de 8,75% ao ano ou 0,69% ao mês, dados extraídos do site do Banco Bradesco S/A e BACEN (Banco Central do Brasil, 2009).

No contexto histórico do nosso agronegócio segundo Fortuna (2002) houve uma sucessão de crises do agronegócio brasileiro, sendo de fundamental importância para o crescimento do setor Agropecuário. A Figura 5 ilustra a evolução da crise desde 1989 a 2008.

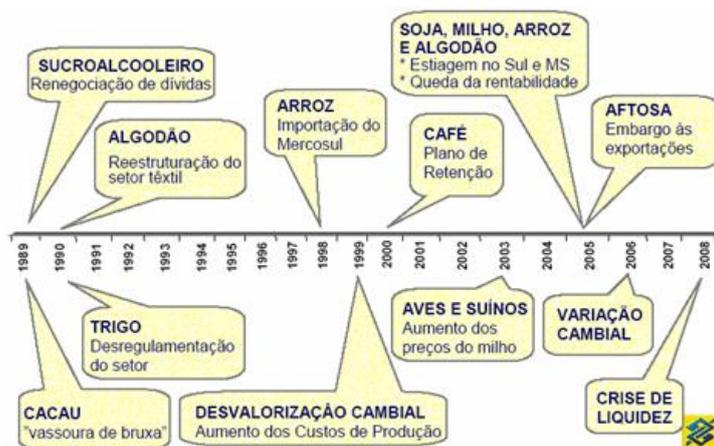


Figura 5: Evolução das Crises brasileira. Fonte: CNA (2008)

Segundo Fortuna (2002), o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), é constituído de órgãos básicos, vinculados e articulados. São órgãos básicos o Banco Central do Brasil (BACEN), Banco do Brasil (BB), Banco da Amazônia (Basa) e Banco do Nordeste (BNB). Como órgãos vinculados temos o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bancos privados e estaduais, caixas econômicas, cooperativas de crédito rural e sociedades de crédito. Por último, existem os órgãos articulados que são os órgãos oficiais de valorização regional e entidades de prestação de assistência técnica, conforme Figura 6.

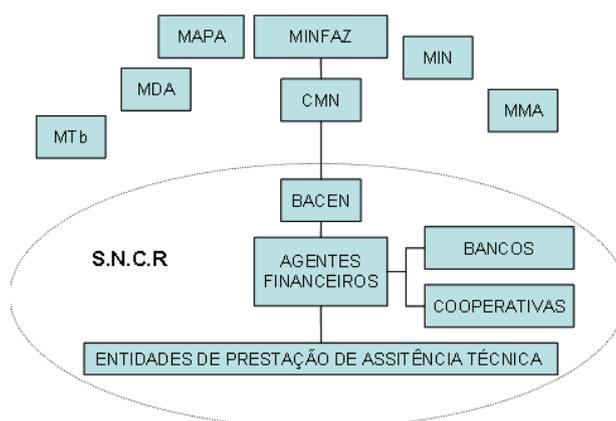


Figura 6: Sistema Nacional de Crédito Rural. Fonte: Manual de Crédito Rural do Banco Central do Brasil (adaptado).

Um breve histórico da evolução do crédito rural brasileiro, segundo Fortuna (2002), era o crédito rural executado somente pelo Banco do Brasil, por meio de sua Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (Creai), criada em 1935. A legislação básica, como se depreende, foi elaborada num contexto bastante diferente do atual agronegócio brasileiro e, por isso mesmo, vem sendo complementada com outras leis, decretos e programas no decorrer dos anos, para que se mantenha adequada à realidade da agropecuária nacional.

De acordo com Fortuna (2002) algumas medidas foram verdadeiros marcos na história e evolução do crédito rural:

- 1967: a resolução do Conselho Monetário Nacional tornou obrigatório o direcionamento de 10% dos depósitos à vista no sistema bancário para a concessão de crédito ao setor agrícola.

- 1986: extinção da Conta Movimento o que limitou os recursos para o Crédito Rural à disponibilidade da União.
- 1986: criação da Poupança Rural. Os bancos oficiais ficaram autorizados a operar com essa fonte de recursos que se tornou, em 1988, na maior fonte supridora para o Crédito Rural.
- 1991: aumento da participação do BNDES no crédito rural por meio da Finame Rural (Agência Especial de Financiamento Industrial - Finame), do Programa de Operações Conjuntas (POC) e do Programa de Operações Diretas do próprio Banco. Até então, tradicionalmente, o BNDES sempre esteve voltado para o financiamento de investimentos industriais.
- 1995: criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).
- 1996: criação do Programa de Securitização das dívidas dos agricultores, que permitiu o reescalonamento do vencimento das operações a taxas de juros compatíveis com a atividade agropecuária. A Securitização das dívidas foi necessária, pois, nas tentativas de estabilização da economia que se sucederam no Brasil, diversos desencontros entre a correção das dívidas e dos preços mínimos foram muito desfavoráveis aos agropecuaristas.

Fortuna (2002), diz que o financiamento do agronegócio brasileiro caracterizou-se por uma forte dependência de recursos oficiais e o governo exercia grande interferência no mercado, por meio da Política de Preços Mínimos (PGPM). Essa fase culminou com um grande descompasso entre o custo do financiamento (indexado) e o preço dos produtos agropecuários. Nesse contexto, o sistema financeiro reduziu sua atuação no crédito rural em razão do elevado risco da atividade.

De acordo com Batalha (2005) aconteceram, então, fatos relevantes para a reversão desse quadro, entre os quais destacamos:

- Estabilização da economia (Plano Real).
- Definição de taxas prefixadas para o crédito rural.
- Criação de programas especiais para o reescalonamento das dívidas rurais (Securitização Rural, 1996), Programa Especial de Saneamento de Ativos (Pesa) (1998), Programa de Revitalização das Cooperativas Agropecuárias (Recoop, 1998) e Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Oficiais (2001).
- Definição de novas linhas de crédito, com destaque para as linhas direcionadas a investimentos.

Batalha (2005) complementa que nessa época (1994-1995) o mercado já assimilava o conceito de “Cadeia Produtiva”, exhaustivamente divulgado pela Associação Brasileira de Agribusiness (Abag), que trouxe uma nova visão do mercado do agronegócio no Brasil, inclusive para os agentes financeiros. Defini ainda que a cadeia produtiva é composta pelos vários agentes de um segmento econômico e como são “elos” interdependentes, as políticas e medidas governamentais precisam prever e planejar visando beneficiar todos os agentes da cadeia.

Segundo Fortuna (2002) o Banco do Brasil também tomou decisões importantes, nesse período, que lhe garantiram a posição de liderança no mercado do agronegócio, resgatando uma parceria histórica com o setor. Algumas dessas ações merecem destaque:

- aperfeiçoamento do modelo de relacionamento comercial com os agentes das mais diversas cadeias produtivas.
- implementação de novas modalidades de financiamento.
- desenvolvimento de novos mecanismos de apoio à comercialização.
- estímulo à prática de proteção de preços pelos produtores.
- reformulação do processo de concessão de crédito e de definição de risco dos empreendimentos agropecuários.
- implementação dos programas de renegociação das dívidas anteriores a 1995.

Segundo Vila Verde (2001), as garantias tradicionais (penhor, hipoteca e aval de terceiros) foram substituídas, em parte, por novos mecanismos mitigadores de risco como o compartilhamento de riscos com terceiros, os convênios de integração, os negócios com mercados futuros e opções, os prêmios governamentais, os seguros rurais e os seguros garantia. As medidas adotadas pelas áreas governamentais, pelo Banco do Brasil e o excelente trabalho das instituições de pesquisa, notadamente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), proporcionaram uma verdadeira revolução no agronegócio brasileiro, tornando-o muito competitivo, mesmo quando comparado às grandes potências mundiais, tradicionais nesse mercado, como os Estados Unidos.

As principais linhas de crédito rural adotadas pelo nosso Sistema Financeiro Nacional possuem a finalidade de disponibilizar ao produtor rural (pessoa física ou pessoa jurídica) e suas cooperativas, recursos para custeio, investimento e comercialização de produtos agropecuários.

Santos (2005) referencia a existência de diversas espécies de títulos de crédito rural, a saber:

- Cédula Rural Pignoratícia (CRP): é um título de crédito lastreado em garantia real, representada por penhor rural ou mercantil;
- Cédula Rural Hipotecária (CRH): é lastreada em garantia real, representada por hipoteca de imóveis;
- Cédula Rural Pignoratícia e Hipotecária (CRPH): é garantia por penhor e por hipoteca;
- Nota de Crédito Rural (NCR): não se reveste de garantia real;
- Nota Promissória Rural (NPR): é uma promessa de pagamento, como NP tradicional, porém, nela, deve estar discriminado o produto objeto da transação;
- Duplicata Rural (DR): difere da duplicata mercantil por sua natureza ruralista. Deve discriminar a natureza do produto;

- Cédula de Produtor Rural (CPR) Física – Liquidação em Produto: é um ativo financeiro, na forma de título cambial endossável, emitido pelo produtor rural ou por suas associações (inclusive cooperativas), através do qual ele vende antecipadamente o produto que espera colher mais adiante;
- Cédula de Produtor Rural (CPR) Financeira – Liquidação Financeira: é um ativo financeiro, onde o produtor que não pretende entregar seu produto no vencimento do papel, mas precisa de financiamento, ou seja, o produtor que acredita na alta do preço de seu produto emite uma CPR Financeira e, com vencimento fora do pico de safra;
- Programa de Geração de Emprego e Renda – Proger Rural: é um programa de financiamento ao produtor rural que lhe permite obter crédito fixo ou rotativo, tanto para crédito de custeio como para o crédito de investimento em máquinas, equipamentos e bens de produção novos e usados;
- Financiamento de Máquinas e Equipamentos Rural (Finame Rural): é o financiamento onde o produtor compra máquinas e equipamentos para o setor, garantindo até 90% do investimento total nas regiões incentivadas e 80% nas regiões não incentivadas;
- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): o Pronaf é um programa de apoio ao desenvolvimento rural com base em uma rede de agências bancárias que reúne o BB (Banco do Brasil), BNB (Banco do Nordeste do Brasil), BASA (Banco da Amazônia), Bancos Estaduais e Bancos Cooperados.

Fontes de Recursos	Ano safra (julho-junho)											2009/2010	
	1992/1993	1994/2000	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2006/2007	2007/2008	2008/2009	Programado	Aplicado até maio/09
Moderagro	11.320	132.120	209.310	409.913	625.525	1.162.151	1.410.000	1.251.030	881.506	952.889	512.236	850.000	192.918
Moderfrotta	-	-	-	15.291	115.361	116.319	111.310	233.000	169.926	115.119	261.111	500.000	19.326
Prodecoop	-	-	-	-	22.650	110.110	232.918	301.625	239.318	512.059	939.019	2.000.000	261.125
Produsa	-	-	-	-	-	-	-	-	10.529	25.201	160.919	1.500.000	121.061
Propikra	-	-	-	-	1.69	10.562	29.533	50.311	53.911	19.111	81.616	150.000	21.206
Pronaf	-	-	-	-	120.512	18.011	136.910	119.161	136.190	111.562	310.562	1.200.000	351.919
Moderfrotta	-	209.300	1.183.961	1.961.612	2.101.118	2.020.561	3.039.330	1.106.215	1.536.921	2.025.691	1.903.331	2.000.000	191.516
ModerfrottaProger	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	161.611	1.000.000	651.35
Fundo Constitucional	601.500	161.600	319.100	1131.200	1.531.651	1.621.100	2.339.102	3.150.911	3.101.625	3.160.031	3.525.111	3.500.000	1.511.519
Finame Linha Especial	581.200	618.100	121.110	130.210	661.155	1.111.990	532.191	32.656	11.162	5503	-	-	-
Procap-Agro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.000.000	-
Proger	-	-	-	19.000	106.113	219.315	32.200	51.036	50.300	263.061	251.232	1.000.000	263.306
Banco do Brasil	-	-	-	19.000	106.113	219.315	32.200	51.036	50.300	263.061	251.232	500.000	263.306
BANDES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	500.000	-
Sub-tít	1.212.121	1.735.021	2.863.447	2.810.319	5.910.344	7.471.106	6.211.230	6.650.44	6.254.616	7.171.822	6.371.311	15.710.111	3.614.011
PASS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.300.000	12.600
Proger	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.000.000	620.500
PSI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	293.330
Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	35.110.111	5.311.141

Figura 7: Tipos de Crédito rural - Aplicação dos recursos para investimentos. Fonte: BNDES/BB/BACEN.

Existem outras linhas de crédito utilizadas para auxiliar os produtores rurais, conforme itens abaixo:

- Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras - (Moderfrotta):

Finalidade: facilitar a aquisição de tratores agrícolas e implementos associados, colheitadeiras e equipamentos para preparo, secagem e beneficiamento de café, financiada isoladamente ou não.

Limite:

a) beneficiários com renda agropecuária bruta anual inferior a R\$ 250 mil: 100% do valor dos bens adquiridos;

b) beneficiários com renda agropecuária bruta anual igual ou superior a R\$ 250 mil: 90% do valor dos bens adquiridos.

Taxa de juros: 8,75% a.a. (renda agropecuária bruta anual inferior a R\$ 250 mil) ou 10,75% a.a. (renda agropecuária bruta anual igual ou superior a R\$ 250 mil).

- Programa de Incentivo ao Uso de Corretivos de Solos - (Prosolo)

Finalidade: incentivar o uso adequado de corretivos de solos

Limite: R\$ 80 mil por produtor

Taxa de juros: 8,75% a.a.

- Programa Nacional de Recuperação de Pastagens Degradadas - (Propasto)

Finalidade: recuperar áreas e pastagens degradadas

Limite: R\$ 150 mil por produtor

Taxa de juros: 8,75% a.a.

- Programa de Incentivo à Mecanização, ao Resfriamento e ao Transporte Graneleiro da Produção de Leite - (Proleite)

Finalidade: incentivar a melhoria na qualidade da produção do leite

Limite: R\$ 60 mil por produtor

Taxa de juros: 8,75% a.a.

- Programa de Desenvolvimento da Apicultura - (Prodamel)

Finalidade: incentivar o desenvolvimento da apicultura no Brasil

Limite: R\$ 20 mil por produtor

Taxa de juros: 8,75% a.a.

- Programa de Apoio à Fruticultura - (Profruta)

Finalidade: apoiar o desenvolvimento da fruticultura

Limite: R\$ 100 mil por produtor

Taxa de juros: 8,75% a.a.

- Programa de Desenvolvimento da Ovinocaprinocultura - (Prodecap)

Finalidade: aprimorar o manejo, a alimentação e a genética dos rebanhos com o consequente aumento da produção e produtividade dos mesmos

Limite: R\$ 40 mil por produtor

Taxa de juros: 8,75% a.a.

- Programa de Desenvolvimento da Cajucultura - (Procaju)

Finalidade: incrementar o agronegócio do caju na Região Nordeste

Limite: R\$ 40 mil por produtor

Taxa de juros: 8,75% a.a.

- Programa de Sistematização de Várzeas - (Sisvárzea)

Finalidade: aumentar a produção de grãos nas várzeas, especialmente milho, em todo o território nacional

Limite: R\$ 40 mil por produtor

Taxa de juros: 8,75% a.a.

- Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Vitivinicultura - (Prodevinho)

Finalidade: modernizar o setor de vitivinicultura da Região Sul

Limite: R\$ 100mil por produtor

Taxa de juros: 8,75% a.a.

- Programa de Desenvolvimento Sustentável de Floricultura - (Prodeflor)

Finalidade: acelerar o desenvolvimento da floricultura brasileira

Limite: R\$ 50 mil por produtor

Taxa de juros: 8,75% a.a.

- Programa de Incentivo à Construção, Modernização das Unidades Armazenadoras em Propriedades Rurais - (Proazem)

Finalidade: aumentar a capacidade instalada de armazenagem nas propriedades rurais.

Limite: R\$ 300 mil por produtor

Taxa de juros: 8,75% a.a.

- Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura (Aquicultura)

Finalidade: aumentar a produção de peixes, camarões e moluscos em regimes de aquicultura.

Limite: R\$ 150 mil por beneficiário

Taxa de juros: 8,75% a. a.

- Programa de Apoio à Agricultura Irrigada (Proirriga):

Finalidade: apoiar o desenvolvimento da agricultura irrigada, de maneira a assegurar maior estabilidade à produção, sobretudo de oleícolas, grãos e frutas.

Limite: R\$ 250 mil por beneficiário

Taxa de juros: 8,75% a. a.

- Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop):

Finalidade: incrementar a competitividade do complexo agroindustrial das cooperativas brasileiras, por meio da modernização dos sistemas produtivos e de comercialização.

Limite: R\$ 20 milhões por cooperativa, com os seguintes tetos:

a) até 70% do valor do projeto, quando se tratar de cooperativa com faturamento superior a R\$ 100 milhões;

b) até 80% do valor do projeto, quando se tratar de cooperativa com faturamento acima de R\$ 50 milhões e até R\$ 100 milhões;

c) até 90% do valor do projeto, quando se tratar de cooperativa com faturamento até R\$ 50 milhões.

Taxa de juros: 10,75% a. a.

- Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Cacaucultura (Procacau):

Finalidade: aumentar a produtividade da lavoura cacaueteira, por meio de clonagem e adensamento.

Limite: R\$ 2.300,00 por hectare, respeitado o teto de R\$ 200 mil por beneficiário

Taxa de juros: 8,75% a. a.

- Programa de Plantio Comercial de Florestas (Propflora):

Finalidade: implantar e manter florestas destinadas ao uso industrial.

Limite: R\$ 150 mil por beneficiário

Taxa de juros: 8,75% a. a.

Estas linhas de crédito são totalmente oferecidas em todas as instituições financeiras da cidade de Jabcababal-SP.

E os produtores rurais podem ter acesso a elas de forma que primeiramente deverão possuir uma conta corrente nesta instituição e após algumas movimentações pleitear as operações de créditos disponíveis.

O propósito deste artigo foi à busca de informações sobre os tipos de crédito rural oferecidos na cidade de Jabcababal/SP pelas instituições financeiras credenciadas pelo governo federal.

Contudo espera contribuir para uma melhor divulgação das linhas de crédito rural disponíveis aos pequenos agricultores, buscando a satisfação dos clientes que nesta agência procuram solucionar suas necessidades, visando sempre atingir os objetivos da organização e principalmente as exigências dos clientes quando se referem a crédito para melhorias, ampliações, custeios, etc.

A amostra feita foi caracterizada de forma a definir os tipos de linhas de crédito rural disponíveis para o perfil de cada cliente, ou seja, pequenos proprietários rurais.

O crédito agrícola teve um papel fundamental para uma melhor competitividade internacional. O governo brasileiro criou linhas especiais de crédito atreladas à compra de insumos agropecuários, mecanismo que ampliou a dependência do setor produtivo agrícola em relação ao setor produtor de insumos. A agricultura passou a exercer uma nova função, na criação de mercado para a indústria de insumos agrícolas. Também como parte desse conjunto de medidas entrou a manutenção da estrutura agrária, baseada nos latifúndios e na produção patronal. As grandes fazendas eram consideradas mais adequadas ao processo de modernização e ao desafio de tecnificar a agricultura brasileira do que as propriedades familiares.

Mas através deste estudo foi constatado que as diversificações de linhas de crédito rural podem atender desde um micro produtor rural até um grande complexo de atividades rurais.

Por isso conclui-se que a disponibilização e liberação anual de crédito rural realizada pelo governo juntamente com o sistema financeiro nacional, auxilia todos os elos da cadeia do agronegócio brasileiro.

3. REFERÊNCIAS

- BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). Boletim do Banco Central do Brasil. Disponível em: www.bcb.gov.br. Acessado em: outubro de 2009.
- BATALHA, Mario Otavio. Gestão do Agronegócio: textos relacionados / coordenado por Mário Otávio Batalha. – São Carlos: EdUFSCAR, 2005. 465p.
- CERVO, Amado Luiz. Metodologia Científica, 5ª Edição – Amado Luiz Cervo, Pedro Alcino Bervian, São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.
- COELHO, C. N. 70 anos de política agrícola no Brasil. Brasília, 2001.
- FAVERET FILHO, P. Evolução do crédito rural e tributação sobre alimentos na década de 1990: implicações sobre as cadeias de aves, suínos e leite. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 16, setembro de 2002, p. 31-56.
- FORTUNA, Eduardo. Mercado Financeiro: produtos e serviços / Eduardo Fortuna. 15ª edição – Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 2002. 656 p.

- GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J. Financiamento da agricultura: experiências e propostas. In: Transformações da agricultura e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2001.
- GASQUES, J. G. & CONCEIÇÃO, J. C. (orgs) et alli. Transformação da Agricultura e Políticas Públicas. Brasília: IPEA, p. 110-153; 248-295, 2001.
- MENDES, Glauco Henrique de Sousa. O processo de desenvolvimento de novos serviços: o caso do setor bancário brasileiro / Glauco Henrique de Sousa Mendes. –Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, 1999. 168p.
- PEREIRA, Lutero de Paiva. Crédito Rural: Limites da Legalidade. Curitiba: Juruá, 1992.
- PÍNTO, Luis Carlos Guedes Crédito rural no Brasil: presente e futuro. REUNIÃO CONSELHO DOS AGRONEGÓCIOS. Federação das Indústrias do Estado de São Paulo- FIESP. 03 de novembro de 2008. 32 transparências.
- SANTIAGO, M. M. D.; SILVA, V. A política de crédito rural brasileira e o endividamento do setor agrícola: antecedentes e desdobramentos recentes. Agricultura em São Paulo, v. 46, n. 2, p. 47-69, 1999.
- SANTOS, Márcia Walquiria Batista dos; João Eduardo Lopes Queiroz (Coord.). Direito do Agronegócio. Belo Horizonte: Fórum, 2005.
- VILLA VERDE, C. M. O Crédito rural e a capacidade de pagamento do setor agrícola. In: GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J. C. (orgs.) Transformações da agricultura e política pública. Ipea, Brasília, 2001.

4. DIREITOS AUTORAIS

Atesta-se que o referido artigo seguiu procedimentos éticos na sua elaboração, e que a responsabilidade pelos dados e conteúdo é de responsabilidade do autor.

TYPES OF RURAL CREDIT LINES AVAILABLE TO SMALL FARMERS OF CITY JABOTICABAL/SP

André Luís Assumpção, andre Luisassumpcao@gmail.com¹

¹Faculdade de Educação São Luis, Rua Floriano Peixoto, 839-873 - Centro - Jaboticabal - SP - 14870-370

(16) 3209-1800.

Abstract. *This article aims to discuss the Brazilian agribusiness field the difficulty encountered by small farmers in acquiring loans from financial institutions in the city of Jaboticabal. Expected to contribute to the disclosure of credit alternatives provided by some financial institutions, both private and public, seeking help and success in agribusiness in these small farmers are inserted, since it is known that agribusiness is one of the areas fastest growing in Brazil, responsible for turning our economy. In this sense, showed up some information and literature on Brazilian agribusiness management process, the Brazilian Banking Sector and its financial institutions, concluding with a discussion of the Brazilian Rural Credit.*

Keywords: [Agribusiness, National Financial System, Rural Credit].

1. INTRODUCTION

The world is constantly changing and our country much more; due to these economic, political and social movements, rural businesses, in general, are being affected directly for their survival. Regarding the culture of our region facing the agricultural production of sugar cane and the Sugar Ethanol Plant owns most of the land, ie, a large share of its own land and lease areas for the cultivation of monoculture of sugar cane. With this completely discourages the micro and small farmers who sees in his small areas a source of livelihood and sustenance, according to Gasques (2001).

According to Fortune (2002) the Brazilian financial market has suffered reductions in the quantity and quality of financial institutions in the Brazilian Banking Sector and where we can identify some changes, ie, senior management concerned to solve potential problems sought to define strategies as the acquisition and merger with new companies or banks interested in increasing profitabilities and better positions in the ranking of banks, forgetting to meet the needs and expectations of customers in the foreground. These changes in the strategic positioning of financial institutions make their directors and managers make better decisions aimed directly towards a more competitive business change, creating higher values for the banking sector.

The writing of this article was aimed to demonstrate theoretical positions on the Brazilian agribusiness and rural credit, and classify and show the main lines of rural credit. Given the importance of rural credit in the current economic context, can not be treated distant and insensitive, as if it were a regular credit, because our economy is fully integrated coming from agribusiness products and services as Gasques (2001).

According to Fortune (2002), principles governing the rural credit does not always suit the legal and formal structures of general credit. Rural credit should not be interpreted as a means of fostering and strengthening financial institutions at the expense of production, agriculture and national livestock. The financing of rural activities should evidence the possibility of payment with the very rural production, valuing and generating wealth in the agribusiness field.

This article discusses the types of rural credit, classifying them and highlighting their peculiarities, which make them distinct from related species to common credit lines, a brief analysis of the difficulties encountered by farmers as to the release of rural credit lines to meet your needs in rural properties.

2. Literature Review

To analyze the difficulty of obtaining credit for small farmers, the first step to be followed was to address the conceptualization and the opinion of some authors on the related topics.

2.1. Agribusiness Management

According VILLA VERDE (2001) the business environment, nowadays, requires speed, agility and high level of customer service. In this unpredictable and turbulent context, where the demand is variable and the financial and raw material costs are high, forecasts show is unreliable. Ended the myth of the independent producer who produces any goods, not knowing which market.

The new producer is inserted in supply and business chains involving from suppliers to consumers, through production, purchase, materials management, marketing, sales and physical distribution.

According to Fortune (2002) "rural enterprise" is a unit of social economic organization. In the rural sector, which has features usually distinguished from companies in other sectors of our economy, as adapted illustration.

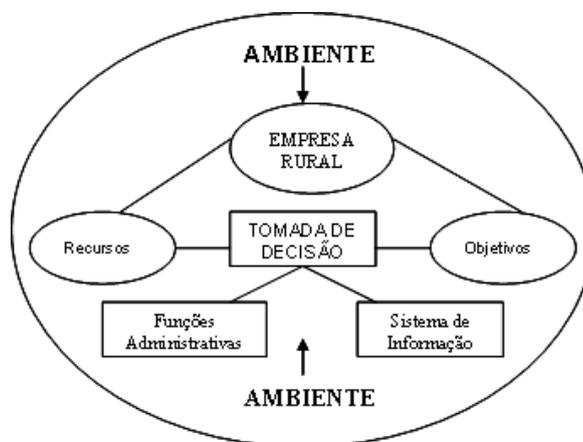


Figure 1: Rural Environment, Fortuna (2002)

Fortuna (2002) adds that the environment is the universe that involves the company externally. The variables that make up the rural business environment are: technological variables, economic variables, political variables, social variables, legal, demographic variables and ecological variables. The general environment consists the company's operating environment (required for its operation). The operating environment consists of four main sectors, they are:

Consumers - individuals or legal entities that make up the agricultural market and normally have better information on prices than the producer.

Suppliers - are all institutions that provide resources for rural business as: credit, hand labor, supplies, technical assistance, consulting, and services in general, etc.

Competitors - formed by other rural entrepreneurs who compete both in product sales as in obtaining inputs and services.

Regulatory - formed by government agencies, associations and unions that somehow impose controls, limitations or restrictions on the activities of the rural business. Example: standards for milk B, the rural credit legislation, Brazilian labor laws, etc.

In the decision-making process, problems are many and require more skills of rural administrators (transformation of knowledge into actions). If the problems are complex require that they be solved by. In the decision-making process, advances step by step, in identifying the problem, in the search and evaluation of new alternatives and / or opportunities, actions and end controls for better management of rural properties and businesses as Fortuna (2002).

These agents are permeated by three streams: information, inputs and goods (real) and financial (nominal), according VILLA VERDE (2001).

Because it is a set of extremely complex and diverse activities, Brazilian agribusiness, has extensive encompassing increasingly globalized production chains, international trade and global financial markets and the implications of its obvious interaction with the environment, is related to a slew of actors.

According to Fortune (2002), governments that define the economic policy guidelines for industry and research centers to develop new production technologies, social movements with global corporations in the industry, of his employees to the final consumer who buys their products, the governments of other countries who bring you barriers to multilateral organizations where such barriers are questioned, agribusiness interacts with a multitude of stakeholders (interest groups), and so multiple interactions depends to a large extent, its own economic viability.

Agribusiness interacting with the State, in a broad sense, encompassing the three powers that be and the federal, state and municipal levels, is quite vast and complex. The farmer depends on a number of policies to develop their activity. The segment needs funding for the production and therefore depends on a monetary policy guided by moderate interest rates, and the granting of differentiated credit lines by the official banks. At the same time, as is increasingly linked to exports, suffers from all exchange rate fluctuations and is particularly impaired in periods of appreciation of the national currency. Another key element in the successful development of agricultural activities is the rural insurance, that goal agricultural policy more generally and guarantees a minimum income to the producer. Insurance still depend on the necessary continuity of investment in technology, the creation of jobs in the field and the incorporation of the segment to the capital market, according to VILLA VERDE (2001).

According to Battle (2005) agribusiness's relations with the government still pass through the attractiveness of the policies for the sector may have with regard to global investment funds. It is estimated that there are now about \$ 165 billion available worldwide for the financing of agricultural activities.

In addition, it is essential for the segment to maintain public investment in bodies aimed at the development of science and technology aimed at increasing agricultural productivity.

Still depend on the government laws of central interest to agribusiness, such as those relating to the environment, the right to property and labor. Public investments in logistics and infrastructure, designed to best storage conditions, transport and distribution of agricultural products is another very important item for the viability of farming, defines Battle (2005).

Santiago (1999) says that the importance of agribusiness also lies in its ability to boost other sectors. When agricultural production moves the sectors that are before the farm, such as machinery, fertilizers, pesticides, we call this effect back; when agriculture drives the productive sectors that fall after the farm gate, such as agribusiness, transportation and marketing of crops, these are effects forward.

According to Santiago (1999) agriculture and agribusiness has strong impacts back and mostly forward. Table 1 indicates that for every thousand production units in its sector, are required times production units of other productive sectors. Each R\$ 1,000.00 (one thousand reais) produced by agriculture result R\$ 5,636.00 (five thousand, six hundred and thirty-six reais) that are generated in activities that are after the farm (agribusiness, transportation, marketing) and more R\$ 623.00 (six hundred and twenty-three reais) on activities before the farm (machinery, fertilizers). The agro-industrial sectors have more impact on activity back as agriculture itself. For comparative purposes, after agriculture, the sector that has more impact forward is the oil refining to R \$ 3,719.

Santiago (1999) asks, what are the prospects of Brazilian agribusiness for the future? The prospects are promising. Brazil has abundant, flat and cheap land, as are clenched with a reserve of 80 million hectares, offers farmers try it and able to turn this potential into marketable products and holds a stock of knowledge and agricultural technologies, resource processing products. However, there remain some conditions for the agribusiness potential is realized. First, it depends on a healthy macroeconomic policy. High interest rates, high inflation or overvalued currency, as happened in the period 1994-98, tremendously affect agribusiness. The overvaluation transferred a fable features of export sectors (agriculture and agribusiness) for importers (including tourists) and can be considered the great cause of no growth of grain crops in recent years. The relatively weak dollar against the real favored the import of cotton and wheat and depressed domestic production. Finally, in January this year there was an exchange rate adjustment, which could lead to new momentum in the sector.

Pereira (1992) states that another major obstacle to the full development of agribusiness is the lack of adequate infrastructure. Overland transport over long distances in poorly maintained roads increase costs and depress prices of the products, the producer level. Projects in Brazil in Action Programme course, as the Multimodal Corridor, intended to correct these distortions, especially in the Midwest, where the problem is more serious. Thirdly, the agribusiness development process is only done within an appropriate legal framework. Contracts between the different economic agents have to be respected, starting with the right of private property.

Another obstacle to the full seriously agribusiness development is related to the tax system, adds Pereira (1992), and with an open economy to the outside, that is, with possibility to export and import any product of agribusiness, the tax burden should be compatible with that of our competitors. As our competitors, including Mercosul, has low taxes, it is difficult to Brazilian producers compete in foreign markets; There are times that loses its domestic market because the imported products come cheaper. There is no way the farmers and agribusiness to compete with rapacious governments to create new taxes, increase current and complex collection mechanisms, which increases production costs. Tax reform is urgent, with reduced burden and simplify procedures in taxation.

Pereira (1992) concludes and highlights four basic points about agribusiness:

- a) is at the root of our development process;
- b) contributes decisively to the income, employment, exports, development of the interior and regional equity;
- c) has great potential for expansion, for sell of land, labor, labor and technology;
- d) for this potential be realized, we need sound macroeconomic policies, improved physical infrastructure (roads, ports, railways, etc.) and tax reform, low taxes on production and simplification of procedures.

In Figure 2 we can see how the Brazilian agribusiness contributes to the growth and development of our country.

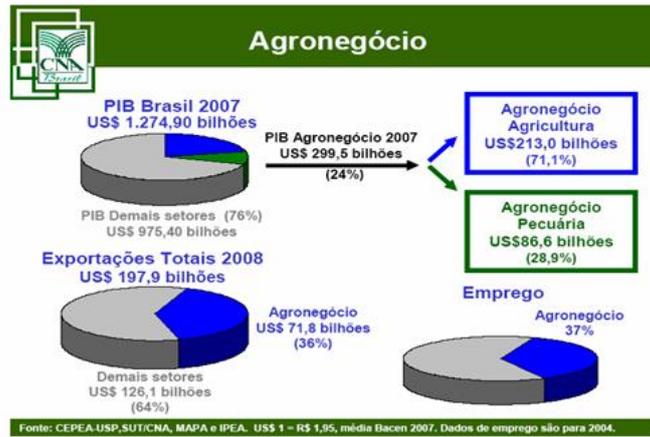


Figure 2: Brazilian Agribusiness. Source: CNA (2008)

According to Pinto report (2008), there was a significant growth in a favorable exchange reality (until 2004) and International satisfactory prices for major commodities (post 2004), as the recent cycle of expansion between the years 2000 to 2008, as Figure 3.

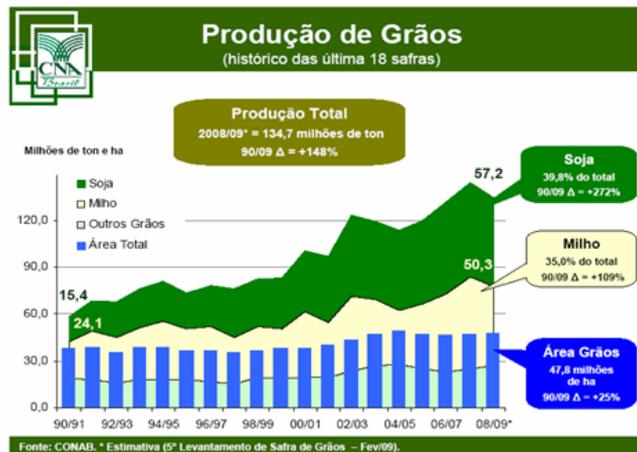


Figure 3: Brazilian Grain Production. Source: Confederation of Agriculture and Livestock of Brazil (CNA) (2008)

2.2 The Brazilian Banking Sector and its Financial Institutions

The banking sector in the country is extremely important for the development and growth of the economy and civil society and business. It is through the banking sector, more precisely of financial institutions that compose it, that many people and businesses seeking resources to achieve their objectives and goals.

Before characterizing the banking sector and financial institutions, presents a brief historical account of how the national financial system.

The national financial system as a set of institutions working on the same goal, which is to create conditions capable of meeting the expectations of savers, investors and money makers, Fortuna (2002).

Figure 4 shows the chart of the National Financial System, in order to help understand of how it works and is made up our financial system.

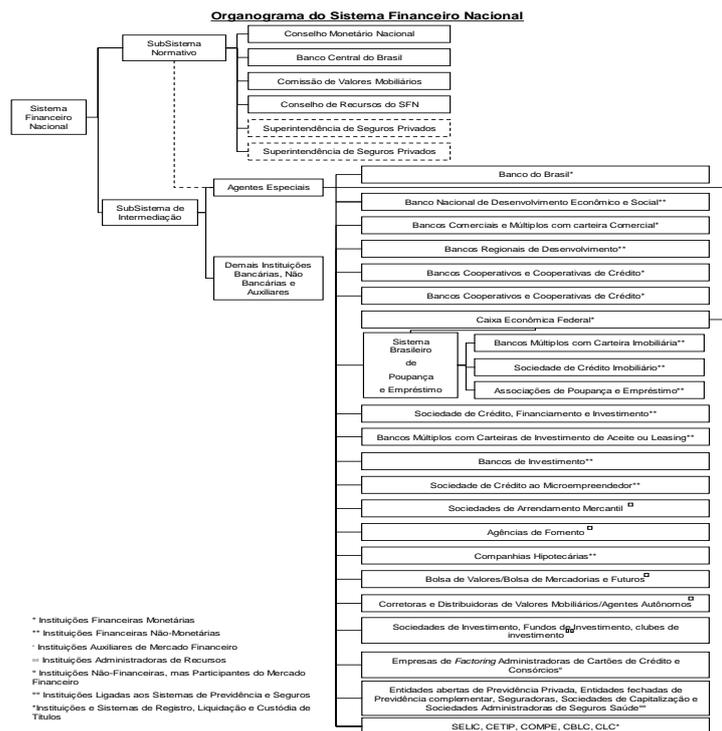


Figure 4. Organization Chart of the National Financial System (adapted from Fortuna, 2002).

According to Fortune (2002), the Law of Banking Reform (4595/64) in Article 17, features that are financial institutions more accurately, "considered to be financial institutions for the purposes of the legislation, legal entities public and private, whose main or accessory activity the collection, intermediation or application of own resources or from third parties, in national or foreign currency, and the custody of third party property value".

According to Mendes (1999), the banking sector was designed with this Banking Reform Act of 1964, where there were regulations and targets with the performance of financial institutions. Also reported that the high rates of inflation that ravaged the country in the first half of the 90s contributed significantly to the growth and modernization of the banking system as says "process automation".

We'll look at how these changes have brought more options and resources for the national banking environment. Financial institutions in the national banking environment are divided according Fortuna (2002) as follows:

1 - Monetary Financial Institutions: Currency multiplier due have deposits. Ex: Commercial Banks - BC; Savings Banks - EC; Cooperative Banks - HCB; Credit Unions - CC;

2 - Financial Institutions Non-monetary: responsible for fundraising for financial intermediation currency ("issuance of securities on loan"). Ex: Development Banks - BD (BNDES - National Bank for Economic and Social Development, BNB - Banco do Nordeste, BASA - Amazon Bank); Investment Banks - BI; Credit, Financing and Investment - Financial; Credit Societies Microempreendedor - SCM; Mortgage Companies - CH; Credit Companies Real Estate - SCI; Savings and Loan Associations - EPA;

3 - Auxiliary Market Institutions: are as follows Brokers of Securities - CCVM; Distribution companies of Securities - DTVM; Funding Agencies and Development - AF; Institutional Investors - II; Mutual Investment Funds; Open and Closed Entities of Pension Funds; Insurers.

4 - Multiple Banks: emerged after Resolution No. 1524/88, the Central Bank issued an order by the National Monetary Council, in order to make more rational administrative methods of financial institutions.

The Brazilian banking market, according to Fortune (2002), describes it as an informal classification structure of the banks, that is through market segmentation, ie the commercial banks are responsible for the large financial intermediation; wholesale banks are responsible for retention few customers but with great financial potential; retail banks are the famous "community banks" with large numbers of customers.

As for the specific service Fortuna (2002) classifies banks in three examples: Corporate Bank assistance to large companies; Private Bank is responsible for the individual customer service that have large incomes or assets and high value investments; Personal Bank offer these services to individual and corporate customers who have high incomes.

Says Mendes (1999) that the great competition in the banking sector is crucial for creating competitive advantages, capable of achieving significant results in terms of banking assets.

In today's large financial institutions financial environment are shaping up to quality in services and relationships, but in some financial institutions the starting point is to analyze the strategies of the company firmly and leaving them to draw a work plan, ie, developing a set of goals and targets passed on to each of the institution's employees.

2.3 Rural Credit

According to Fortune (2002) rural credit is the provision of financial resources to be invested exclusively in agricultural activities, developed by farmers, namely:

- Stimulating rural investments, including warehousing, processing and industrialization of agricultural products, when performed by the producer on his farm, for their cooperatives or by natural or legal persons equated to producers;
- Facilitating timely and appropriate costs of producing and marketing of agricultural products;
- Strengthen the rural sector, especially with regard to small and medium producers;
- Encourage the introduction of rational methods in the productive system, aimed at increasing productivity, improving the standard of living of rural populations and adequate defense of the soil.

Rural credit can have the following purposes:

1) Credit agricultural and cattle breeding funding - is intended to cover normal costs of production cycles, within 24 months for agricultural costs and 12 months for cattle breeding funding;

2) investment loan - intended to apply to goods or services which enjoy spans multiple production periods of 6 to 12 years, resources pair fixed investment (warehouses, dams, milking, pens, etc.);

3) marketing credit - when is intended to cover own costs at later stage to harvest or convert securities in kind arising from their sale or delivery by producers or their cooperatives, or are resources for processing and industrialization of agricultural products that are marketed and up to 180 days.

Commercial and universal banks with commercial portfolio operating in this rural segment through its own resources, from 25% of average demand deposits and other third party resources, according Fortuna (2002).

The rates generally practiced in rural credit with these resources are of 8.75% or 0.69% per month, data taken from the website of Banco Bradesco S / A and the Central Bank (Central Bank of Brazil, 2009).

In the historical context of our agribusiness second Fortuna (2002) there was a succession of Brazilian agribusiness crisis, are of fundamental importance for growth of the Agricultural sector. Figure 5 illustrates the evolution of the crisis from 1989 to 2008.

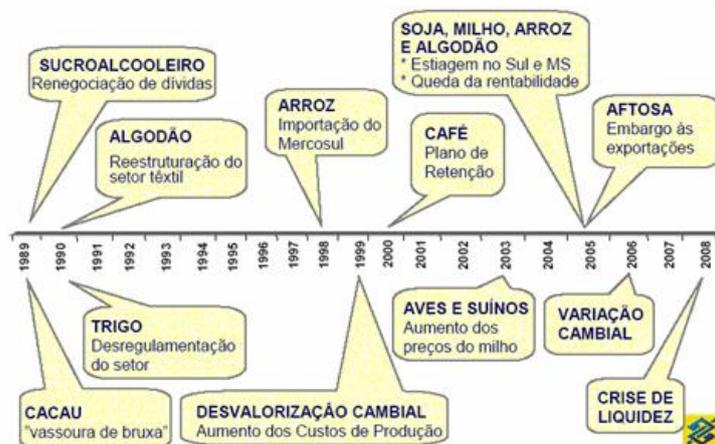


Figure 5: Evolution of the Brazilian Crisis. Source: CNA (2008)

According to Fortune (2002), the National System of Rural Credit (SNCR), consists of basic, bound and articulated bodies. The basic bodies Brazil's Central Bank (Bank), the Bank of Brazil (BB), Banco da Amazônia (Basa) and Banco do Nordeste (BNB). As related organs have the National Bank for Economic and Social Development (BNDES), private and state banks, savings banks, rural credit cooperatives and credit societies. Finally, there are the articulated bodies which are the official organs of regional recovery and service providing entities, as shown in Figure 6.

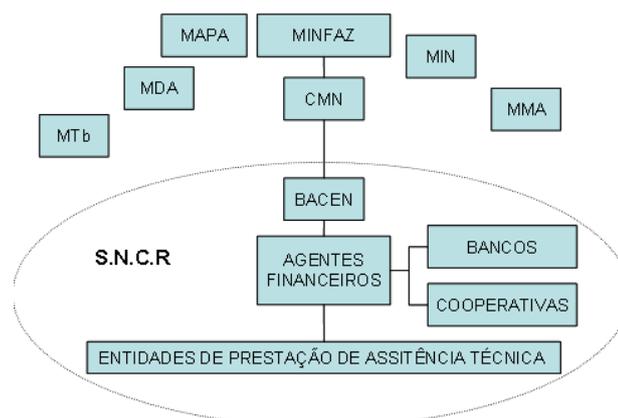


Figure 6: National Rural Credit System. Source: Rural Credit Manual of the Central Bank of Brazil (adapted).

A brief history of the evolution of the Brazilian rural credit, according to Fortune (2002), was the rural credit run only by the Bank of Brazil, through its Agricultural Loan Portfolio and Industrial (CREAI), created in 1935. The basic legislation, as it appears, was written in a very different context of the current Brazilian agribusiness and, therefore, has been complemented by other laws, ordinances and programs throughout the year, in order to maintain adequate to the reality of national agriculture.

According to Fortune (2002) some measures were true milestones in the history and evolution of rural credit:

- 1967: the resolution of the National Monetary Council has required the 10% targeting of demand deposits in the banking system for lending to the agricultural sector.
- 1986: Extinction Movement Account which limited the resources for the Rural Credit Union to availability.
- 1986: creation of the Rural Savings. The official banks were allowed to operate with this source of funds that became, in 1988, the largest source a supplier for Rural Credit.
- 1991: increasing participation of BNDES in rural credit through the Rural Finame (Special Industrial Financing Agency - Finame), the Program for Joint Operations (POC) and Direct Operations Program of the Bank. Until then, traditionally, the BNDES has always been facing financing industrial investments.
- 1995: creation of the National Program for Strengthening Family Agriculture (Pronaf).
- 1996: creation of the Securitization Program of the debts of farmers, which allowed the rescheduling of the maturity of operations to interest rates compatible with farming. The securitization of the debts was necessary because, in attempts to stabilize the economy that took place in Brazil, several disagreements between correction of debts and minimum prices were very unfavorable to ranchers.

Fortuna (2002), says that the financing of Brazilian agribusiness was characterized by a heavy reliance on official resources and the government had great interference in the market, through the Price of (PGPM). This phase culminated with a large gap between the cost of financing (indexed) and the price of agricultural products. In this context, the financial system has reduced its operations in the rural credit due to the high risk of the activity.

According to Battle (2005) happened then facts relevant to the reversal of this situation, among which we highlight:

- Stabilization of the economy (Real Plan).
- Definition of fixed rates for rural credit.
- Creation of special programs for the rescheduling of debts rural (Rural Securitization, 1996), Special Program for Asset Recovery (Pesa) (1998), Revitalization Program of Agricultural Cooperatives (Recoop, 1998) and Building Programme of Financial Institutions Official (2001).
- Definition of new credit lines, highlighting the lines directed to investments.

Battle (2005) adds that at that time (1994-1995) the market has assimilated the concept of "Supply Chain", thoroughly disclosed by the Brazilian Agribusiness Association (ABAG), who brought a new vision of agribusiness market in Brazil, including financial agents. Set even if the supply chain is composed of several agents of an economic segment and how they are "links" interdependent, government policies and measures need to anticipate and plan in order to benefit all actors in the chain.

According to Fortune (2002) the Bank of Brazil also took important decisions during this period, which guaranteed the leading position in the agribusiness market, rescuing a historic partnership with the sector. Some of these actions should be highlighted:

- improving the business relationship model with the most diverse supply chains agents.
- implementation of new financing arrangements.
- development of new marketing support mechanisms.
- stimulation of the practice of price protection to producers.

- reformulação do processo de concessão de crédito e de definição de risco dos empreendimentos agropecuários.

- implementation of programs renegotiation of debts prior to 1995.

According Greenville (2001), the traditional guarantees (pledge, mortgage and third party endorsement) were replaced in part by new mitigating procedures of risk as the risk sharing with others, integration agreements, business with futures and options, government awards, rural insurance and insurance guarantee. The measures adopted by government areas, the Bank of Brazil and the excellent work of research institutions, notably the Brazilian Agricultural Research Corporation (Embrapa), provided a revolution in Brazilian agribusiness, making it very competitive, even when compared to large world, traditional powers in this market, as the United States.

The main rural credit lines adopted by our national financial system, have the purpose of making the farmer (individual or company) and their cooperatives, resources for funding, investment and marketing of agricultural products.

Santos (2005) references the existence of several species of rural credit titles, namely:

- Rural Collateral Certificate (PRC): is a negotiable instrument backed by collateral, represented by rural or commercial pledge;
 - Rural Mortgage Certificate (CRH): is backed by collateral, represented by real estate mortgages;
 - Rural and Mortgage Collateral Certificate (CRPH): is guaranteed by pledge and mortgage;
 - Rural Credit Note (NCR): not is of collateral;
 - Rural Promissory Note (NPR): is a promise to pay, as traditional NP, however, it must be broken down the product being financed;
 - Rural Duplicate (DR): differs from the market for its agricultural duplicate nature. Shall specify the nature of the product;
 - Rural Producer Note (CPR) Physics - Settlement Product: is a financial asset in the form of exchange endorsable document drawn up by the farmers or their associations (including cooperatives), through which it sells the product in advance it expects to draw below;
 - Rural Producer Note (CPR) Financial - Financial Settlement: is a financial asset, where the producer does not intend to deliver your product on maturity of the paper, but need financing, that is, the producer who believes in the high price of its product emits a Financial CPR and maturing off-peak season;
 - Employment and Income Generation Program - PROGER Rural: the farmer is a financing program that allows you to get fixed or revolving credit, both for operating credit and to the credit of investment in machinery, equipment and new production of goods and used;
 - Machinery and Equipment Financing Rural (Rural Finame) is the financing which the producer purchase machinery and equipment for the sector, ensuring up to 90% of total investment in encouraged regions and 80% in regions not encouraged;
 - National Programmer for Strengthening Family Agriculture (PRONAF): Pronaf is to support rural development program based on a network of bank branches that meets BB (Bank of Brazil), BNB (Brazil Banco do Nordeste), BASA (Banco da Amazônia), State Cooperative Banks and Banking.

Fontes de Recursos	Ao(s) entre julho-junho										2009/2010		
	1996/1999	1999/2000	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2006/2007	2007/2008	2008/2009	Programado	Aplicado (atualizado)
Moderagro	11.320	132.120	209.310	409.913	625.535	1.162.451	1.410.808	1.251.030	881.586	952.889	512.256	850.000	192.918
Moderinfra	-	-	-	15.294	115.364	416.319	444.340	233.008	169.526	115.419	261.144	500.000	19.326
Prodecoop	-	-	-	-	22.690	140.110	288.918	304.625	239.318	512.059	939.019	2.000.000	261.125
Produca	-	-	-	-	-	-	-	-	10.529	25.201	160.949	1.500.000	121.061
Proploca	-	-	-	-	1.69	10.582	29.588	50.341	53.911	49.144	81.616	150.000	21.206
Proceaf	-	-	-	-	120.512	18.011	136.910	119.161	186.196	444.562	810.562	1.200.000	354.949
Moderfrota	-	209.300	1.433.961	1.991.612	2.101.418	2.020.564	3.039.330	1.406.215	1.536.921	2.025.691	1.903.331	2.000.000	191.516
ModerfrotaProger	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	164.611	1.000.000	651,35
Fundo Constitucional	604.500	164.600	849.100	1.184.200	1.531.654	1.621.100	2.339.102	3.150.911	3.101.625	3.160.031	3.585.111	3.500.000	1.514.519
Finame União Especial	561.200	618.400	121.110	130.240	664.155	1.111.986	536.494	32.656	14.482	5.503	-	-	-
Procap-Agro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.000.000	-
Proger	-	-	-	49.000	106.413	249.315	88.800	51.036	50.300	268.064	251.282	1.000.000	268.386
Banco do Brasil	-	-	-	49.000	106.413	249.315	88.800	51.036	50.300	268.064	251.282	500.000	268.386
BANES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	500.000	-
Sub-tril	1.218.131	1.725.031	2.669.447	2.610.519	5.210.444	7.467.106	6.216.259	6.855.044	6.254.636	7.876.833	6.371.310	15.710.000	2.884.661
PAES												2.300.000	12.600
Proceaf												10.000.000	620.550
PSI												-	293.830
Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	26.000.000	5.211.041

Figure 7: Rural Credit Types - Application of funds for investment. Source: BNDES / BB / Central Bank.

There are other lines of credit used to assist farmers as items below:

- Modernization Program Farm Tractor Fleet and Associated Implements and Harvesters - (Moderfrota):

Purpose: to facilitate the acquisition of agricultural tractors and associated implements, harvesters and equipment for preparation, drying and processing of coffee financed alone or not.

Limit:

a) beneficiaries with annual gross agricultural income of less than R\$ 250 000: 100% of the value of acquired assets;

b) beneficiaries with annual gross agricultural income less than R\$ 250,000: 90% of the value of assets acquired.

Interest Rate: 8.75% a.a (Gross annual agricultural income of less than R\$ 250 000), or 10.75% a.a (Annual gross agricultural income less than R\$ 250 thousand)

- Incentive Program for the Use of Soil Correction Agents - (Prosolo)

Purpose: to encourage the appropriate use of soil amendments

Limit: R\$ 80,000 per producer

Interest Rate: 8.75% pa

- National Program of Degraded Pastures Recovery - (Propasto)

Purpose: to recover degraded areas and pastures

Limit: R\$ 150,000 per producer

Interest Rate: 8.75% a.a

- Program of Incentives to the Mechanization, Cooling and Bulk Transportation of Milk Production - (Proleite)

Purpose: to encourage improvement in milk production quality

Limit: R\$ 60,000 per producer

Interest Rate: 8.75% a.a

- Development Program Beekeeping - (Prodamel)

Purpose: to encourage the development of beekeeping in Brazil

Limit: R\$ 20,000 per producer

Interest Rate: 8.75% a.a

- Support Program Fruticultura - (Profruta)

Purpose: to support the development of fruit growing

Limit: R\$ 100,000 per producer

Interest Rate: 8.75% a.a

- Development Program of Sheep and Goat Farming - (Prodecap)

Purpose: to improve the management, nutrition and genetics of herds with the consequent increase in production and productivity of the same

Limit: R\$ 40,000 per producer

Interest Rate: 8.75% a.a

- Cashew Development Programme - (Procaju)

Purpose: to increase the cashew agribusiness in the Northeast

Limit: R\$ 40,000 per producer

Interest Rate: 8.75% a.a

- Systematic Program Wetlands - (Sisvárzea)

Purpose: to increase grain production in the floodplains, especially corn, throughout the national territory.

Limit: R\$ 40,000 per producer

Interest Rate: 8.75% a.a

- Support Program for the Development of Viticulture - (Prodevinho)

Purpose: to modernize the wine-growing sector of the Southern Region

Limit: R\$ 100mil per producer

Interest Rate: 8.75% a.a

- Sustainable Development Program of Floriculture - (Prodeflor)

Purpose: accelerate the development of Brazilian floriculture

Limit: R\$ 50,000 per producer

Interest Rate: 8.75% a.a

- Incentive Program Construction, Modernization of Storage Units in Rural Properties - (Proazem)

Purpose: to increase the capacity of storage on farms.

Limit: R\$ 300,000 per producer

Interest Rate: 8.75% a.a

- Support Program for the Development of Aquaculture (Aquaculture)

Purpose: increase the production of fish, shrimp and shellfish in aquaculture systems.

Limit: R\$ 150 000 per beneficiary

Interest Rate: 8.75% a. a.

- Support Program for Irrigated Agriculture (Proirriga):

Purpose: to support the development of irrigated agriculture in order to ensure greater stability in the production, especially in the olive, grains and fruits.

Limit: R\$ 250 000 per beneficiary

Interest Rate: 8.75% a. a.

- Cooperative Development Program for Adding Value to Agricultural Production (Prodecoop):

Purpose: to increase the competitiveness of the agro-industrial complex of Brazilian cooperatives, through the modernization of production systems and marketing.

Limit: R\$ 20 million a cooperative, with the following ceilings:

a) up to 70% of the project value, in the case of cooperative with revenues exceeding R\$ 100 million;
b) up to 80% of the project value, in the case of cooperative with revenues over R\$ 50 million and to R\$ 100 million;

c) 90% of the project value, in the case of cooperative with revenues to R\$ 50 million.

Interest Rate: 10.75% a. a.

- Support Program for the Development of cacao (PROCACAU):

Purpose: to increase the productivity of cacao plantations, through cloning and density.

Limit: R\$ 2,300.00 per hectare, subject to the ceiling of R\$ 200 000 per beneficiary

Interest Rate: 8.75% a. a.

- Commercial Planting Forest Program (Propflora):

Purpose: deploy and maintain forests for industrial use.

Limit: R\$ 150 000 per beneficiary

Interest Rate: 8.75% a. a.

These credit facilities are fully offered in all financial institutions in the city of Jaboticabal/SP.

And farmers can have access to them so that must first possess a checking account in this institution and after a few drives plead the available credit operations.

The purpose of this article was to search for information about the types of rural credit offered in the city of Jaboticabal/SP by financial institutions accredited by the federal government.

However hopes to contribute to more effective promotion of rural credit lines available to small farmers, seeking customer satisfaction that this agency seek to address their needs, aiming to achieve the goals of the organization and especially the requirements of customers as they relate to credit for improvements, extensions, costing, etc.

The sample was characterized made in order to define the types of rural credit lines available to the profile of each customer, ie small farmers.

Agricultural credit played a key role for better international competitiveness. The Brazilian government created special lines of credit tied to the purchase of agricultural inputs, a mechanism that increased the dependence of the agricultural production sector in relation to the sector producing inputs. Agriculture has placed a new function, the creation of market for agricultural inputs industry. Also as part of this set of measures came into maintenance of the agrarian structure, based on large estates and employer production. Large farms were considered more appropriate to the modernization process and the challenge of technique Brazilian agriculture than family farms.

But through this study it was found that the rural credit lines of diversification can meet from micro farmers to a large complex of rural activities.

Therefore it is concluded that the availability and annual release of rural credit held by the government with the national financial system, helps all of Brazilian agribusiness chain links.

3. REFERENCES

- BANCO CENTRAL DO BRASIL (Bacen). Boletim do Banco Central do Brasil. Disponível em: www.bcb.gov.br. Acessado em: outubro de 2009.
- BATALHA, Mario Otavio. Gestão do Agronegócio: textos relacionados / coordenado por Mário Otávio Batalha. – São Carlos : EdUFSCAR, 2005. 465p.
- CERVO, Amado Luiz. Metodologia Científica, 5ª Edição – Amado Luiz Cervo, Pedro Alcino Bervian, São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.
- COELHO, C. N. 70 anos de política agrícola no Brasil. Brasília, 2001.
- FAVERET FILHO, P. Evolução do crédito rural e tributação sobre alimentos na década de 1990: implicações sobre as cadeias de aves, suínos e leite. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 16, setembro de 2002, p. 31-56.
- FORTUNA, Eduardo. Mercado Financeiro: produtos e serviços / Eduardo Fortuna. 15ª edição – Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 2002. 656 p.
- GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J. Financiamento da agricultura: experiências e propostas. In: Transformações da agricultura e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2001.
- GASQUES, J. G. & CONCEIÇÃO, J. C. (orgs) et alli. Transformação da Agricultura e Políticas Públicas. Brasília: IPEA, p. 110-153; 248-295, 2001.
- MENDES, Glauco Henrique de Sousa. O processo de desenvolvimento de novos serviços: o caso do setor bancário brasileiro / Glauco Henrique de Sousa Mendes. –Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, 1999. 168p.
- PEREIRA, Lutero de Paiva. Crédito Rural: Limites da Legalidade. Curitiba: Juruá, 1992.
- PÍNTO, Luis Carlos Guedes Crédito rural no Brasil: presente e futuro. REUNIÃO CONSELHO DOS AGRONEGÓCIOS. Federação das Indústrias do Estado de São Paulo- FIESP. 03 de novembro de 2008. 32 transparências.
- SANTIAGO, M. M. D.; SILVA, V. A política de crédito rural brasileira e o endividamento do setor agrícola: antecedentes e desdobramentos recentes. Agricultura em São Paulo, v. 46, n. 2, p. 47-69, 1999.
- SANTOS, Márcia Walquiria Batista dos. e João Eduardo Lopes Queiroz (Coord.). Direito do Agronegócio. Belo Horizonte: Fórum, 2005.
- VILLA VERDE, C. M. O Crédito rural e a capacidade de pagamento do setor agrícola. In: GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J. C. (orgs.) Transformações da agricultura e política pública. Ipea, Brasília, 2001.

4. RESPONSIBILITY NOTICE

Certifying that the said article followed ethical procedures in their development, and that responsibility for the data and content is the author.